

PETER LONGERICH

O CAMINHO PARA A

SOLUÇÃO FINAL

A
CONFERÊNCIA

de

WANNSEE

e o

INÍCIO

do

HOLOCAUSTO

v o g a i s

et nunmehr
entsprechen
Führer die
treten.
tionen
lediglich
n, doch
Erfahrung
kommende
Bedeutung
getreten.
lediglich
hen, doch
Erfahrung
die kommende
ger Bedeutung
men sind
er erforder
senschaft zu
institutionen
organisationen
ung ent
agen.
Juden im
esamt rund
kommen sind
der erforder
senschaft zu
institutionen
organisationen
eibung ent
tragen.
Juden im
esamt rund
ist nunmehr
entsprechen
Führer die
getreten.
lediglich
doch
Erfahrung
kommende
Bedeutung
kommen sind
der erforder
senschaft zu
institutionen
organisationen
eibung ent
tragen.
Juden im
esamt rund
ist nunmehr
entsprechen

Índice

<i>Abreviaturas</i>	7
Prólogo: Um encontro seguido de pequeno-almoço	11
A localização	20
O convite inicial	24
1. O contexto da conferência: «a remoção dos judeus», 1933–1941	29
«Soluções territoriais»	32
Fuzilamentos em massa e genocídio na União Soviética no verão de 1941	37
Deportações	41
«Soluções finais» regionais	53
Ameaças de extermínio	63
«Medidas necessárias»: o fim de 1941.	65
2. A Conferência de Wannsee	69
Os participantes: uma «solução final» baseada numa divisão do trabalho entre as SS e a burocracia	75

Representantes das «autoridades centrais»	76
Representantes das autoridades de ocupação civil.	93
Funcionários das SS.	99
A ata da reunião	111
3. A «solução final» torna-se uma realidade.	149
«Extermínio através do trabalho»	150
Deportações e homicídio em massa na primavera de 1942.	155
A escalada da «política judaica» em maio/junho de 1942	165
Conclusão: Contextualização histórica da Conferência de Wannsee	181
<i>Agradecimentos</i>	187
<i>Apêndice: Ata original</i>	189
<i>Notas</i>	207
<i>Bibliografia</i>	275
<i>Índice onomástico</i>	301

Abreviaturas

- AA Auswärtiges Amt (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
- ADAP *Akten zur detschen auswärtigen Politik* (Arquivos da Política Exterior Alemã)
- AO Auslandsorganization der NSDAP (NSDAP/AO)
[Organização estrangeira do NDASP]
- APL Archivum Panstowowe w Lublinie (Arquivo Panstowowe, Lublin)
- BAB Bundesarchiv, Abteilung Berlin (Arquivos Federais, Berlim)
- BAF Bundersarchiv Militärarchiv, Abteilung Freiburg (Arquivos Militares, Friburgo)
- BDC Berlin Document Center (Centro de Documentos de Berlim)
- CDJC Centre de Documentation Juive Contemporaine (Centro de Documentação Judaica Contemporânea)
- DNVP Deutschnationale Volkspartei (Partido Popular Nacional Alemão)
- EG Einsatzgruppe (Esquadrão de morte)
- EK Einsatzkommando (Unidade de esquadrão de morte)

Gestapa	Geheimes Staatspolizeiamt (Polícia Administrativa Secreta do Estado)
Gestapo	Geheime Staastpolizei (Polícia Secreta do Estado)
GG	<i>Geschichte und Gesellschaft</i> (História sobre Sociedade)
HGS	<i>Holocaust and Genocide Studies</i> (Estudos sobre o Holocausto e Genocídio)
HSSPF	Höherer SS- und Polizeiführer (alto líder das SS e da Polícia)
HZ	<i>Historische Zeitschrift</i> (Revista Histórica)
IfZ	Institut für Zeitgeschichte, Munique (Instituto de História Contemporânea)
IMT	<i>International Military Tribunal</i> (Tribunal Militar Internacional)
KZ	Konzentrationslager (também KI) [Campo de concentração]
NSDAP	Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães)
OA	Osobyi Archive, Moscovo (arquivo especial)
PAAA	Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes, Berlim (Arquivo Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros)
RGBl.	<i>Reichgesetzblatt</i> (Diário da Lei da República)
RSHA	Reichssicherheitshauptamt (Gabinete Central de Segurança do Reich)
SA	Sturmabteilung (Tropas de assalto)
SD	Sicherheitsdienst (Serviço de Segurança)
SK	Sonderkommando (Unidade de comando especial)
SS	Schutzstaffel (Tropas de proteção)
SSPF	SS- und Polizeiführer (líder das SS e da Polícia)

O CAMINHO PARA A SOLUÇÃO FINAL

StA	Staatsarchiv (Arquivos de Estado)
StAnw	Staatsanwaltschaft (Ministério Público)
TNA	The National Archives, Londres (Arquivos Nacionais)
ToE	<i>The Trial of Adolf Eichmann (O Julgamento de Adolf Eichmann, livro)</i>
TWC	<i>Trials of War Criminals Before the Nuremberg Military Tribunals</i> (Julgamentos de Criminosos de Guerra pelos Tribunais Militares de Nuremberga)
VAA	Vertreter des Auswärtigen Amtes (representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros)
VEJ	<i>Die Verfolgung und Ermordung der europäischen Juden durch das nationalsozialistische Deutschland 1933–1945</i> (A Perseguição e o Assassínio de Judeus Europeus pela Alemanha Nazi)
VfZ	<i>Vierteljahrshefte für Zeitgeschichte</i> (Revistas Trimestrais de História Contemporânea)
VOGG	<i>Verordnungsblatt für das Generalgouvernement</i> (Despachos de Portaria do Governo-Geral)
WVHA	SS-Wirtschafts- und Verwaltungshauptamt (Gabinete Central de Gestão e Administração das SS)
YIVO	YIVO Institute for Jewish Research (Instituto de Investigação Judaico)
ZStL	Zentrale Stelle, Ludwigsburg (Escritório Central)

Prólogo

Um encontro seguido de pequeno-almoço

A 20 de janeiro de 1942, quinze homens reuniram-se numa luxuosa casa de campo em Wannsee, um lago nos arredores a oeste de Berlim. Tinham sido convidados por Reinhard Heydrich, chefe do Gabinete Central de Segurança do Reich (RSHA), e eram quase todos representantes de alto nível do Estado Nazi, do Partido Nazi e das SS. Incluíam quatro ministros de Estado, dois altos funcionários de categoria equivalente e um secretário de Estado. A casa de campo, hoje conhecida como Casa da Conferência de Wannsee, situa-se num local excecionalmente atrativo do lago, com a sua estrada de acesso imponente a desdobrar-se numa grande entrada circular em frente. O local ainda oferece aos visitantes atuais uma clara impressão da ambição do proprietário original de criar uma propriedade grandiosa, quase palaciana, num cenário fascinante. O seu parque amplo e cuidadosamente desenhado, a série de divisões espaçosas e impressionantes que se abrem para o parque e para o lago, os seus três terraços que se estendem ao longo da lateral do jardim e o jardim de inverno coroado com uma fonte de

mármore foram criados para afirmar o sucesso e o requinte do seu proprietário, um homem de negócios abastado, na segunda década do século xx. No entanto, a beleza da localização contrasta claramente com o propósito daquela reunião em 1942. A casa de campo tinha sido expropriada pelas SS para acolher os seus participantes, e a reunião foi marcada para debater a «solução final para a questão judaica». A ata da reunião, de que sobreviveu uma cópia, revela que o objetivo era definir com exatidão quem seria o alvo e como seria realizada a deportação de um total de onze milhões de pessoas, sujeitas depois a trabalhos forçados extenuantes, sendo os sobreviventes ou aqueles que já não conseguissem trabalhar assassinados por outro método qualquer. A reunião seria concluída com um pequeno-almoço.

Entre os quinze homens contavam-se dez licenciados, nove dos quais advogados, oito deles com um doutoramento¹. As atas sugerem que estas matérias foram debatidas de um modo intencional, de estilo empresarial e informado, num ambiente confortável e num cenário francamente idílico. Embora expressassem uma variedade de perspetivas em termos de pormenor, nenhum deles revelou qualquer preocupação sobre o projeto como um todo, nomeadamente no que dizia respeito ao homicídio de onze milhões de judeus.

Atualmente, os registos da Conferência de Wannsee são vistos como sinónimo do homicídio em massa dos judeus europeus a sangue-frio, burocraticamente organizado e industrializado; um documento quase incompreensível que

capta como o impulso para destruir com motivações ideológicas do sistema nazi foi condensado nas ordens da mais alta autoridade do regime, sob a forma de atuação do Estado, e executada sem piedade. Nas palavras do historiador Wolfgang Scheffler na abertura da Casa da Conferência de Wannsee, em 1992: «Nenhum outro documento apresenta, com maior clareza, o plano abrangente para exterminar os judeus europeus.»²

A extrema importância do protocolo da Conferência de Wannsee não assenta apenas no facto de exhibir o gritante cinismo e desdém pela humanidade por parte de altos representantes do regime nazi. O protocolo é único porque, mais do que qualquer outro documento, demonstra com total clareza o processo de tomada de decisão que levou ao homicídio dos judeus europeus. Este processo de tomada de decisão — por outras palavras, as propostas, os encontros, instruções e preparativos nos quais Hitler, Himmler, Heydrich e outras figuras nazis proeminentes estavam envolvidas — decorreu, na sua maioria, oralmente; os poucos documentos gerados foram, na medida do possível, destruídos, e os que sobreviveram, escritos de modo a obscurecer o seu conteúdo. Além disso, não sobreviveram enquanto corpo único, sendo, ao invés, amplamente dispersos. Aqueles que iniciaram e organizaram este homicídio em massa pretendiam cobrir sistematicamente os seus rastros. Reconstruir as sequências decisivas dos acontecimentos é, por conseguinte, uma tarefa árdua, pois, embora os indícios sejam oferecidos por muitos milhares de documentos, algumas questões permanecem,

necessariamente, sem resposta, e, como tal, é deixado um espaço considerável à interpretação.

O protocolo da Conferência de Wannsee é a exceção, pois aqui o grande plano para assassinar os judeus europeus é debatido numa linguagem francamente direta e de um modo que demonstra que o crime mais terrível do século não foi apenas obra das SS, da Polícia de Segurança e dos Serviços de Segurança; pelo contrário, a Chancelaria do Reich, o Ministério da Justiça, o Ministério do Interior, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, as autoridades de ocupação civis, o Plano Quadrienal (a mais alta autoridade no setor do armamento) e o Partido Nazi estavam ativamente envolvidos e foram conjuntamente responsáveis.

O facto de o protocolo não ter sobrevivido como parte de uma série de documentos-chave que reflitam o processo de tomada de decisão do início ao fim, apresentando-se apenas como uma captação fugaz de uma decisão emergente, a ser alcançada em grande medida em segredo, confere-lhe um carácter excepcional. Mas também suscita problemas e questões.

Contrariamente às primeiras impressões, depois de o documento ser cuidadosamente analisado, torna-se claro que a «decisão» de assassinar os judeus europeus não foi tomada na Conferência de Wannsee³. No entanto, segundo uma interpretação muito abrangente, várias fases no protocolo indicam que esta foi a reunião fundamental na qual os líderes dos organismos responsáveis pela execução da «solução final», ordenada por Hitler, debateram a sua organização. É feita referência ao facto de as deportações terem

sido iniciadas no mês de outubro anterior, após «aprovação prévia do Führer». Com base numa autorização de Göring para preparar a «solução final» iminente, alega-se que Heydrich, apontado agora como criador de um plano global, organizou a reunião.

Por outro lado, na altura da conferência, muitas centenas de milhares de judeus já tinham sido assassinados, de modo sistemático, na União Soviética, na região de Galícia no Governo-Geral da Polónia, na Sérvia e no «Warthegau», um distrito criado a partir do território polaco conquistado e integrado no Reich. Foi ali que o primeiro campo de extermínio foi erguido. A partir de 6 de dezembro de 1941, num edifício construído com essa finalidade próximo da localidade de Chelmno, milhares de pessoas foram agrupadas em contentores selados, colocados em camiões especialmente adaptados, e depois assassinadas nas subseqüentes viagens por gases de escape introduzidos nos contentores. No distrito de Lublin do Governo-Geral, estava em construção um campo de extermínio permanente, desde novembro de 1941, e em vários outros locais realizavam-se preparativos para assassinar um elevado número de pessoas com gás venenoso. Se o homicídio em massa já estava, em grande medida, em andamento, porque haveria ainda a necessidade de «preparativos» para a «solução final iminente»? O que implicava, em termos concretos, esta «solução final iminente»? Como defende a interpretação alternativa, será que o estado avançado do programa de homicídio em massa em janeiro de 1942 não sugere que a «solução final» estava

longe de ser o resultado da tomada de decisão e planeamento centralizados, mas tinha, sim, sido posta em marcha de um modo descontrolado e descoordenado por iniciativa de autoridades de baixo nível? Estas questões indicam claramente que o propósito e significado da Conferência de Wannsee podem ser estabelecidos apenas através da interpretação e contextualização cuidadas do protocolo, mesmo que à primeira vista sejamos claramente confrontados com um plano global para o homicídio em massa elaborado com uma precisão impressionante.

Uma razão relevante para as dificuldades que surgem na análise do documento, e as controvérsias entre os investigadores geradas por essa análise, assenta nos diferentes modelos que os académicos utilizaram como base para as suas interpretações, que têm sido frequentemente apresentadas como sendo exclusivas entre si. As linhas de interpretação seguintes são as mais importantes. Por um lado, existe a perspetiva de que o homicídio dos judeus europeus foi o resultado de um plano a longo prazo por parte da liderança nazi, de Hitler em particular, e foi posto em marcha e implementado, passo a passo, tendo por base uma tomada de decisão centralmente controlada. Segundo esta interpretação «intencionalista», Hitler tomou a decisão fundamental de assassinar os judeus europeus numa altura específica, nomeadamente durante o verão de 1941 ou até antes⁴.

Outros historiadores adotam a perspetiva de que Hitler tomou a sua decisão fatídica no final do verão⁵, no outono⁶, ou em dezembro; segundo as muitas variações desta teoria,

a expansão da guerra fez com que Hitler tornasse a sua ideia de «remover» os judeus, de um modo ou de outro, realidade. Esta explicação é, por outras palavras, uma tentativa de ligar as intenções de Hitler ao que se sabe sobre as estruturas e funções do Estado nazi. Como tal, independentemente de quando Hitler e os líderes nazis tomaram a sua decisão, o intuito da Conferência de Wannsee, de acordo com ambas as abordagens, terá sido implementá-la. A objeção de que os homicídios em massa já estavam a ser levados a cabo antes da conferência e que, se esta tivesse como propósito a implementação da ordem original para matar os judeus, teria sido, na realidade, convocada demasiado tarde é contrariada pela afirmação de que a importância da conferência era mais formal do que prática: de acordo com este ponto de vista, o principal intuito de Heydrich em organizá-la foi criar um registo da sua «nomeação» como homem responsável pela «solução final», apesar de o programa de morte que liderava ter começado algum tempo antes⁸. Aqueles que adotam a perspetiva de que Hitler decidiu implementar a «solução final» em dezembro de 1941, depois de declarar guerra aos Estados Unidos, deparam com a questão do porquê de os convites para a Conferência de Wannsee terem sido enviados, inicialmente, a 29 de novembro. A sua resposta é afirmar que o intuito da conferência, que estava inicialmente planeada para 9 de dezembro, era diferente⁹.

Na perspetiva oposta aos que salientam uma «intenção» antiga e/ou uma tomada de decisão central está a ideia de que vários organismos no Estado nazi, autorizados apenas

vagamente e em termos gerais por Hitler, deram consigo a concorrer para propor a solução mais radical para a «questão judaica». Ao avançarem de um modo descoordenado e precipitado (intensificando as execuções na União Soviética ao nível de genocídio e iniciando as deportações da Alemanha antes de alcançar a vitória a leste), deram consigo num impasse do qual só poderiam escapar através de medidas mais radicais. Segundo os defensores deste argumento, frequentemente referidos como «funcionalistas» ou «estruturalistas», o protocolo da Conferência de Wannsee é um reflexo exato da desordem que existiu na realidade e o desejo de a remediar numa ação drástica. Estes historiadores estão principalmente preocupados em apresentar os homicidas em massa como estando a desenvolver as estruturas do Estado nazi num «processo de radicalização cumulativa» (Hans Mommsen), no qual os papéis individuais de Hitler e de outros destacados representantes tinham, por comparação, uma importância secundária¹⁰.

Este modelo interpretativo tornou-se mais plausível ao longo das últimas décadas como resultado de uma série de estudos importantes de zonas geográficas chave para o Holocausto na Europa de Leste. Estes estudos concordam que os funcionários de posição mais destacada nos territórios ocupados devem ser vistos como desfrutando de independência e liberdade de ação consideráveis ao iniciarem e implementarem o homicídio dos judeus; por outras palavras, parecem confirmar o argumento dos «funcionalistas» de como o processo de radicalização foi conduzido pelas

estruturas do regime (neste caso, as autoridades de ocupação na «periferia»). Para quem procura a interpretação «estruturalista», também tendo em consideração os resultados da investigação em regiões específicas, a principal razão da realização da conferência seria colocar o programa de homicídios, já em andamento sob os auspícios do RSHA, uma vez mais sob o controlo de uma única organização.

Neste livro, apresento e desenvolvo uma interpretação que utiliza os modelos delimitados, mas não os considera como mutuamente exclusivos, mas sim como os alicerces para uma explicação mais complexa¹¹. Defendo que o Holocausto não foi posto em marcha por uma decisão única central. Deve ser, em vez disso, visto no contexto das políticas antijudaicas nacional-socialistas, as quais, embora centradas no longo prazo, foram repetidamente sujeitas a alterações. O Holocausto foi o resultado de um processo de tomada de decisões no qual Hitler, principal fonte de autoridade no «Terceiro Reich», agindo em colaboração estreita com outras partes da estrutura de poder, desenvolveu gradualmente o que fora anteriormente uma vaga intenção de aniquilar os judeus num programa concreto para os assassinar. Pretendo demonstrar quão significativa foi a reunião de quinze homens a 20 de janeiro de 1942 como parte deste processo de tomada de decisão.

A questão do significado histórico da conferência leva-nos de volta à sua localização geográfica: por que motivo decorreu esta reunião importante especificamente nesta casa de campo luxuosa em Wannsee?

A localização

O edifício onde se realizou a Conferência de Wannsee faz parte de um empreendimento exclusivo de uma casa de campo, originalmente denominada «Colónia Alsen», que estava a ser construída na margem deste lago em Berlim desde os anos 1870. Fica próxima de Potsdam e, a partir de 1874, teve ligação ferroviária direta à cidade. Banqueiros de sucesso, empreendedores, homens de negócios, artistas, editores e professores de Berlim foram-se estabelecendo gradualmente ali¹², incluindo personalidades notáveis como os pintores Max Liebermann e Anton von Werner, o cirurgião Ernst Ferdinand Sauerbruch, o advogado e político Hugo Preuss e o editor Carl Langenscheidt.

Em 1914, Ernst Marlier, um homem de negócios nascido em 1875, em Coburgo, e residente em Berlim desde 1903, adquiriu uma parcela de terreno com mais de trinta mil metros quadrados. No ano seguinte, contratou o arquiteto Paul O. A. Baumgarten, que também construía uma casa próxima para os Liebermann, para lhe construir uma casa de campo com 1500 metros quadrados de área útil. Uma personagem maior do que a vida, Marlier fizera fortuna com medicamentos dúbios; tinha várias condenações por atos de violência, claramente o resultado do seu temperamento explosivo. Em 1921, vendeu a casa de campo ao igualmente notável Friedrich Minoux, que, na altura, tinha 44 anos. Antigo gestor de negócios da Companhia de Gás e Água Essener, em 1912 Minoux foi trabalhar para

o empreendedor Hugo Stinnes. Tendo sido nomeado presidente em 1919, desempenhou um papel de relevo durante a grande inflação de 1921–1923 na rápida expansão do grupo Stinnes a reboque de alguns investimentos altamente especulativos. Enquanto gestor de topo muito bem remunerado com participações empresariais próprias, podia dar-se ao luxo de comprar a casa de campo, que rapidamente se transformou num local para grandes encontros sociais, reuniões de negócios e políticas importantes. No pico da inflação, apresentou propostas para uma reforma da moeda e para uma política económica futura com base numa pesada intervenção do Estado. Esta atividade política levou ao seu afastamento da empresa. No outono de 1923, o seu nome surgia repetidamente ligado ao «diretório» planeado pelos círculos da ala direita conservadora, que viria a governar a Alemanha através de poderes ditatoriais. Ao longo dos anos seguintes, as participações empresariais de Minoux assentaram, principalmente, em carvão, enquanto nos anos de crise de 1930–1933 ficou conhecido na esfera económica pelas suas ideias idiossincráticas em como reduzir o desemprego¹³. Minoux foi obrigado a vender a propriedade depois de ter sido detido em maio de 1940 sob suspeita de negócios fraudulentos de longa duração às custas da empresa de serviços públicos de Berlim, Gasag, em cujo conselho de supervisão tinha lugar. Em agosto de 1941, foi condenado a cinco anos de prisão e a uma multa pesada; cumpriu a sua pena até ao dia da libertação da prisão de Brandemburgo em abril de 1945, tendo morrido em outubro do mesmo ano, em Berlim.

A propriedade foi comprada no final de 1940 pela Fundação Nordhav, que fora criada por Heydrich a 30 de julho de 1939 «para estabelecer e manter centros de recriação para membros dos Serviços de Segurança das SS e respetivas famílias». Ao criar a fundação, Heydrich quis, a princípio, adquirir a propriedade Katharinenhof na ilha de Fehmarn, não muito longe da sua casa de férias, e, em agosto de 1939, assim fez. «Nordhav» fora o nome de uma quinta arrasada no século XVIII para dar lugar à propriedade, e indicava o interesse das SS em investigar a pré-história germânica-nórdica da ilha. Contudo, é provável que o objetivo de Heydrich fosse, desde o início, assegurar a propriedade Katharinenhof como futura casa de férias para si mesmo. No ano seguinte, parece ter adquirido, também, a casa de campo de Wannsee através da fundação, de modo a utilizá-la no futuro como residência oficial.

Isto sugere que a criação da Fundação Nordhav foi apenas uma medida temporária¹⁴. No entanto, podemos ler na entrada do diário (*Befehlsblatt*) publicado por Heydrich, enquanto chefe da Polícia de Segurança e dos Serviços de Segurança (SD), relativa a 18 de outubro de 1941, que o alojamento na casa de campo se encontrava «à disposição de líderes regionais da Polícia de Segurança e oficiais do SD e seus representantes quando quisessem passar a noite em Berlim». Também era permitido que outros membros da Polícia de Segurança e líderes do SD ali se instalassem. Quarto e pequeno-almoço custavam 5 marcos por noite¹⁵. Quatro semanas depois, o jornal afirmava que os visitantes

podiam utilizar várias «áreas comuns», como uma sala de música, uma sala de bilhar, um salão espaçoso e também uma estufa e um terraço com vista para o lago¹⁶.

O edifício foi, de facto, utilizado com este propósito. Os ficheiros dos Serviços Secretos Britânicos relativos à situação na Alemanha, e acessíveis atualmente nos Arquivos Nacionais Britânicos, contêm um relatório de um membro de alto nível da Polícia sueca que informou confidencialmente os britânicos em Estocolmo, em meados de abril de 1942, de que acabara de estar em Berlim em missão oficial e que, enquanto ali estivera, reencontrara velhos conhecidos na Polícia alemã. Um deles garantiu-lhe a sua indignação quanto aos métodos brutais utilizados pela Gestapo em relação aos judeus. Além disso, teve uma excelente estada, nomeadamente numa residência das SS em Wannsee. Nem o agente da Polícia sueca nem os seus contactos britânicos podiam desconfiar que o homicídio de milhões de judeus tinha sido discutido naquele mesmo local alguns meses antes¹⁷.

Como se pode deduzir da ficha informativa do gabinete VI do RSHA de 7 de agosto de 1942, a residência teve em simultâneo «uma grande procura para encontros oficiais e ocasiões especiais», ao longo das quais eram consumidas copiosas quantidades de álcool. Desse modo, o «intuito original da residência de oferecer à Polícia de Segurança um espaço de prestígio não fora respeitado»¹⁸.

É certamente verdade que, na crescente opacidade da vida quotidiana da cidade de Berlim em tempo de guerra, a sensação de luxo conferida pelo edifício e a sua localização

atrativa tenham sido levadas em conta para transmitir um brilho especial à reunião realizada a 20 de janeiro de 1942 e dar aos participantes um sentido de oportunidade. A grandiosidade da paisagem terá certamente intimidado os convidados de Heydrich e, assim, contribuído para que a conferência decorresse quase sem percalços.

O convite inicial

O convite de Heydrich de 29 de novembro de 1941 foi enviado a treze destinatários; duas cópias chegaram até nós, nomeadamente as que foram dirigidas a um subsecretário no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Martin Luther, e ao líder do Gabinete Central para a Raça e a Colonização das SS, o *SS-Gruppenführer* Otto Hofmann. Além de Luther e Hofmann, os convidados foram: o governador-geral Hans Frank; Alfred Meyer, «representante permanente» do ministro para o Leste, Alfred Rosenberg; Georg Leibbrandt, líder da Secção Principal I (Política) do mesmo Ministério; os secretários de Estado Wilhelm Stuckart (Ministério do Interior), Erich Neumann (Plano Quadrienal), Franz Schlegelberger (Ministério da Justiça) e Leopold Gutterer (Ministério da Propaganda); o secretário-adjunto Friedrich Kritzinger (Chancelaria do Reich); Gerhard Klopfer, responsável pelos assuntos de Estado na Chancelaria do Partido e referido com a patente *SS-Oberführer*; o alto líder das SS e da Polícia (HSSPF) no Governo-Geral, Friedrich-Wilhelm Krüger;

e o *SS-Gruppenführer* Ulrich Greifelt, chefe do Gabinete Central das SS, que Himmler nomeara para levar a cabo as suas responsabilidades para «consolidar a nação étnica alemã»¹⁹.

No convite, Heydrich referia-se a uma tarefa que Herman Göring lhe delegara a 31 de julho de 1941, a saber: «cooperar com os organismos centrais potencialmente empenhados em realizar todos os preparativos organizacionais, práticos e de materiais necessários para uma solução total para a questão judaica na Europa e proporcionar-lhes o mais brevemente possível um plano abrangente»; anexou uma fotocópia desta missão ao convite. Em virtude da «extraordinária importância» deste assunto, Heydrich prosseguia e, «no interesse de alcançar uma perspetiva uniforme por parte das autoridades centrais que estarão envolvidas nas tarefas adicionais decorrentes desta solução final», propunha um encontro, em particular devido à «deportação de judeus para leste em transportes contínuos a partir do território do Reich, incluindo o Protetorado da Boémia e da Morávia», ter já começado a 15 de outubro de 1941. Este encontro fora planeado para o dia 9 de dezembro às 12 horas nos gabinetes da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), à qual Heydrich presidia desde agosto de 1940, no número 16, Am Kleinen Wannsee²⁰. Alguns dias depois, o gabinete de Heydrich alterou o convite: o encontro viria a ter lugar em 56–58, Am Grossen Wannsee, a morada da residência²¹.

O convite de Heydrich revela dois aspetos. Por um lado, concentrava-se na «solução total para a questão judaica na

Europa» e em cumprir os desejos de Göring, que visavam a sua preparação e obtenção do acordo das outras autoridades centrais. Obviamente, estaria ele no comando. Por outro lado, havia claramente a necessidade de esclarecer como as deportações em massa do território do Reich, que estavam em curso desde meados de outubro, podiam ser integradas no «plano abrangente», o qual começava a surgir. O convite, por conseguinte, contém dois níveis distintos: uma «solução final» europeia, que assenta no futuro, e as medidas que já tinham sido iniciadas para atingir este fim no seio do chamado Grande Reich Alemão.

Apenas dois dias depois, a 1 de dezembro, a lista original de convidados foi alterada. Pois, a 28 de novembro, Heydrich teve um encontro com Krüger, o HSSPF no Governo-Geral, no qual concordaram em agir juntos para resistirem às ambições de Frank de «assumir ele mesmo o controlo absoluto das medidas para lidar com o problema judeu» no Governo-Geral²². Depois de esclarecer este assunto, Heydrich pôde deixar Krüger tomar as medidas adequadas em Cracóvia para controlar Frank e, desse modo, evitar ter de levar a cabo a disputa que se aproximava com Frank em relação ao espectro dos seus poderes num encontro ministerial em Berlim. Assim, Josef Bühler, secretário de Estado do Governo-Geral, foi convidado em vez do próprio Hans Frank, sendo que este tinha um posto demasiado alto para um «encontro de secretários de Estado»²³. Krüger recebeu um novo convite, redigido de tal modo que sugeria que a sua presença em pessoa não era esperada²⁴.

O convite de Heydrich do final de novembro chegava numa altura em que a «política judaica» do regime nazi tinha atingido um ponto crítico. O plano original consistia em deportar os judeus europeus para os territórios recentemente ocupados a leste após a rápida derrota da União Soviética, mas a situação militar fez disto uma perspectiva distante. Ao mesmo tempo, o fuzilamento de civis judeus na União Soviética, e também na Sérvia, tinha atingido tais proporções que os responsáveis viram uma oportunidade para a concretização da «solução final para a questão judaica» nesses territórios mesmo antes do final da guerra. Além disso, as deportações que haviam começado no outono a partir do Reich alemão para os guetos da Europa de Leste criavam novos problemas e algumas pessoas em posição de autoridade no terreno tinham começado a propor homicídios em massa como solução. Havia, por conseguinte, uma necessidade clara de esclarecer como a «política judaica» deveria ser futuramente conduzida.

1.

O contexto da conferência

A «remoção dos judeus», 1933–1941

Desde o início, a «remoção dos judeus» da Alemanha havia sido um dos alvos centrais de Hitler e do movimento nazi. Ao assumir o poder, em 1933, os nacional-socialistas concluíram que tinham a oportunidade de tornar este objetivo, até então formulado apenas em termos vagos, uma realidade. De facto, uma das áreas mais dinâmicas da política nazi na década de 1930 consistia na discriminação contra os judeus, obrigando-os a sair da vida pública, assediando-os e intimidando-os incessantemente, explorando-os economicamente e, no final, expulsando-os da Alemanha. As fases mais importantes neste processo¹ foram as do boicote aos negócios de judeus em abril de 1933, as Leis de Nuremberga de setembro de 1935 e o *pogrom* de novembro de 1938.

Esta «política judaica» foi conduzida, por um lado, pelas autoridades estatais — lideradas pelo Ministério do Interior, cujos organismos mais importantes eram a Gestapo e a Polícia — e, por outro, pela organização do Partido, consideravelmente apoiado pelas SA (Sturmabteilung), as quais, a partir de 1934, tinham sido amplamente privadas de outras funções.

No entanto, a partir de 1937, o SD (Sicherheitsdienst) — o Serviço de Segurança do Partido —, liderado por Reinhard Heydrich, intervinha cada vez mais na articulação da «política judaica». Os autodenominados «intelectuais» do SD foram nomeados para o desenvolvimento de um plano global para a «emigração» judaica (ou seja, expulsão) que neutralizasse a tendência predominante de apenas os judeus abastados terem sucesso na fuga da Alemanha, deixando para trás aqueles que não tinham quase bens ou riqueza (ou que tivessem perdido o que lhes restava em resultado das políticas nazis de saque) como uma subclasse empobrecida².

Em 1938, após a anexação da Áustria, o Serviço de Segurança conseguiu, pela primeira vez, intervir de modo eficaz na «Política Judaica». Adolf Eichmann, que em abril tinha assumido a posição de chefe de divisão na sede regional do SD recentemente criada em Viena, teve sucesso em persuadir Josef Bürckel, o comissário do Reich responsável pela implementação do Anschluss, a criar o «Gabinete Central para a Emigração dos Judeus» em Viena, em agosto de 1938, o qual reportava, oficialmente, ao SD³. Esta era a primeira vez que o SD conseguira exercer poderes executivos em nome da autoridade do Estado (o comissário do Reich). No Gabinete Central, Eichmann e os seus «especialistas judaicos» desenvolveram imediatamente uma espécie de procedimento rápido para acelerar a emigração dos judeus de Viena, financiado por um fundo especial criado pelos bens residuais confiscados dos judeus.

O gabinete de Viena transformou-se no modelo para o «Gabinete do Reich para a Emigração dos Judeus», que Göring estabeleceu a 24 de janeiro de 1939 em linha com as propostas avançadas por Heydrich no rescaldo imediato do *pogrom* de novembro⁴. Liderado por Heydrich, o seu diretor máximo era Heinrich Müller, líder da Gestapo⁵, mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros e os Ministérios da Economia, Finanças e do Interior também se encontravam ali representados⁶. Göring estava envolvido porque, enquanto plenipotenciário de Hitler para o Plano Quadrienal, era o «homem-forte» no que dizia respeito à política económica do Terceiro Reich, e após o *pogrom* de novembro fora nomeado para a execução da exclusão final dos judeus da economia alemã e, depois disso, tornado responsável pela «Política Judaica»⁷.

Na verdade, esta não foi a primeira tarefa ligada à «Política Judaica» delegada por Göring em Heydrich. Em julho de 1936, no auge de uma grave crise cambial do Reich, Göring nomeara Heydrich responsável por um «Gabinete de Investigação Cambial» para que, paralelamente aos Centros de Controlo Cambiais e ao Gabinete de Fraude Fiscal, pudesse pilhar os ativos de judeus «suspeitos de terem emigrado»⁸. Desse modo, quando Heydrich aludiu no seu convite para a Conferência de Wannsee de 29 de novembro de 1941 à autorização que Göring lhe dera a 31 de julho de 1941, essa «nomeação» já tinha uma extensa história.

«Soluções territoriais»

Quando a Segunda Guerra Mundial deflagrou, o regime nazi já tinha sido bem-sucedido em expulsar cerca de 250 mil judeus da Alemanha⁹. No entanto, o começo da guerra deu início a uma fase completamente nova e mais radical da «política judaica». Embora a pressão para «emigrar» continuasse, as condições da guerra tornaram impossível «remover» deste modo os 190 mil judeus que ainda viviam no Altreich («Antigo Reich»): os números cresciam impulsionados pelos judeus que viviam nos territórios anexados¹⁰ em 1938 e 1939. Mais particularmente, após a vitória sobre a Polónia, 1,7 milhões de judeus polacos encontravam-se agora no seio do território alemão expandido — o que, dado o antissemitismo fundamentalista do pensamento nazi, era um problema em busca de «solução». Além das condições severas impostas aos judeus polacos (em particular, a identificação visível, trabalhos forçados e o confisco dos bens)¹¹ e uma maior intensificação das medidas contra judeus alemães (o que incluía um recolher obrigatório geral após as 20 horas e um aumento do trabalho forçado)¹², estava a ser considerada uma nova medida: a deportação organizada de todos os judeus sob domínio alemão para uma «reserva» na periferia dos territórios controlados pela Alemanha.

Resumidamente, esta denominada solução territorial para a «questão judaica» desenvolveu-se do seguinte modo: antes de mais, no outono de 1939, o regime nazi tentou estabelecer uma «reserva judaica» no distrito de Lublin, a leste do Governo-Geral,

para todos os judeus sob a sua jurisdição¹³. Em outubro, teve início o chamado Plano Nisko, uma iniciativa para deportar mais de setenta mil judeus da Alta Silésia e outros milhares de Mährisch-Ostrau no Protetorado, assim como de Viena, para esta zona através de um campo de transição próximo de Nisko, em San, na fronteira do distrito de Lublin¹⁴. Segundo comentários proferidos na época por Eichmann, que foi o responsável pelo Plano Nisko, este foi o projeto-piloto para a deportação de todos os judeus sob domínio alemão para esta região, tendo sido aprovado por Hitler. Como não tinham sido feitos quaisquer preparativos para acomodar muitas pessoas, deve ter sido presumido que Eichmann e os seus pares pretendiam forçar essas deportações através do campo de Nisko, de modo a transporem a linha de demarcação para territórios polacos ocupados pela União Soviética, ou, simplesmente, para abandoná-los, o que teria resultado na morte da maioria em condições deploráveis durante o inverno seguinte.

De facto, o Plano Nisko teve de ser descontinuado apenas alguns dias depois, altura em que um total de 4700 pessoas já tinham sido deportadas, porque colidia logisticamente com o repovoamento em massa, que tinha começado em simultâneo, de alemães étnicos da região báltica para os territórios polacos anexados. Os alemães consideraram, então, obrigar os judeus no seu território a transpor a linha de demarcação com a União Soviética; no final de 1939, ou início de 1940, foi dirigido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros um pedido para esse efeito, para obter o consentimento do governo soviético, por parte dos Gabinetes de Emigração de Berlim e de Viena,

os quais, nesse momento, eram chefiados por Eichmann e Franz Josef Huber (diretor da Polícia de Segurança e do SD em Viena). No entanto, a resposta dos soviéticos foi negativa¹⁵.

A segunda variação da ideia de «solução territorial» de solo sob domínio nazi foi desenvolvida pelo Gabinete Central de Segurança do Reich (RSHA) e pelo Ministério de Negócios Estrangeiros após a vitória alemã sobre a França no verão de 1940: o chamado Plano Madagáscar¹⁶. Todos os judeus dentro da esfera de influência alemã (a estimativa situava-se entre os quatro e os seis milhões e meio) seriam enviados para a ilha, então sob domínio colonial francês, e sujeitos a um regime policial alemão. Segundo Franz Rademacher, «chefe de secção para os assuntos judaicos» no Ministério dos Negócios Estrangeiros, este plano estava ligado à ideia de que os judeus atuariam como uma espécie de «moeda de troca para garantir aos alemães o bom comportamento futuro de membros da sua raça na América». «Seriam tomadas medidas punitivas adequadas contra eles se fossem provocados pelas ações hostis dos judeus nos Estados Unidos para com a Alemanha.»¹⁷ Estes cenários ameaçadores e, em especial, o facto de, em Madagáscar, não existirem infraestruturas sobre as quais milhões de colonos europeus pudessem construir uma vida (e os novos senhores não estavam a planear criá-las) revelam que a alternativa Madagáscar não era um plano para estabelecer um local onde os judeus europeus, embora isolados, pudessem erguer um lar duradouro. Pelo contrário, o que fora planeado para este território equivalia à aniquilação física dos judeus europeus

deportados a médio e longo prazo através de uma conjugação de condições de vida desesperantes, esmagamento da taxa de natalidade e «medidas punitivas».

Quando, no verão de 1940, Madagáscar teve de ser abandonada enquanto destino contemplado — a ilha permanecia inacessível porque a Inglaterra prosseguia com a guerra contra a Alemanha —, Heydrich, enquanto chefe do RSHA e, por conseguinte, uma figura-chave neste momento na perseguição dos judeus, elaborou uma terceira «solução territorial» possível. Em janeiro de 1941, apresentou a Hitler um plano pormenorizado para uma «solução final» por toda a Europa para o período do pós-guerra. Heydrich tinha recebido instruções de Hitler para a sua concretização através de Himmler e Göring, e os poderes e responsabilidades destas duas figuras nazis proeminentes em relação à «política judaica» tinham sido considerados. Embora o plano de Heydrich não tenha chegado até nós, o seu conteúdo pode ser deduzido a partir de dois documentos conhecidos¹⁸. Propôs a colonização dos judeus europeus enquanto corpo num «território ainda a ser determinado». Ao utilizar estas palavras, Heydrich estava, presumivelmente, a mascarar a sua intenção de deportar os judeus a médio prazo para a União Soviética, que o regime nazi se preparava em segredo para conquistar na altura. A princípio, o trabalho de preparação no RSHA concentrava-se no Governo-Geral como destino-alvo para este novo projeto de deportação, embora desde logo fosse provavelmente apenas uma solução provisória. De qualquer modo, em janeiro de 1941, Heydrich anunciou a sua intenção de deportar

mais de 800 mil pessoas até ao final do ano para o Governo-Geral; primeiro os polacos e judeus dos territórios anexados ao Reich, mas também sessenta mil judeus de Viena¹⁹. Estas deportações tiveram início, de facto, em fevereiro de 1941, mas foram descontinuadas após apenas algumas semanas, em meados de março de 1941, em resultado dos preparativos para o destacamento da Wehrmacht a leste²⁰.

Heydrich concentrou, então, os planos de deportação nos territórios que eram, desde o início, centrais no seu pensamento, nomeadamente a União Soviética. Isto ficou claro quando, no final de março de 1941, apresentou a Göring um projeto de autorização²¹. No entanto, Göring disse-lhe que tinha de ter em consideração as responsabilidades de Rosenberg, tendo sido escolhido este último para ser o chefe do departamento de supervisão dos territórios de Leste ocupados (mais tarde, o Ministério para o Leste)²². Por isso, Heydrich reviu o seu plano e apresentou-o novamente a Göring, que o assinou a 31 de julho. Incumbiu devidamente Heydrich da «realização de todos os preparativos organizacionais, práticos e materiais necessários para uma solução total da questão judaica na esfera de influência alemã na Europa», com o envolvimento de outras «autoridades centrais», se necessário fosse (uma alusão da exigência de Göring a Heydrich que tivesse em consideração Rosenberg), e depois, finalmente, com a apresentação de um «plano global» das «medidas preliminares» adequadas. É a esta autorização, por conseguinte, que Heydrich faz alusão seis meses depois na Conferência de Wannsee²³.

A história completa da CONFERÊNCIA DE WANNSEE, a infame reunião que deu origem ao Holocausto.

A 20 de janeiro de 1942, quinze importantes figuras nazis chegaram a uma luxuosa casa de campo em Wannsee, nos arredores de Berlim. Convidados por Reinhard Heydrich, conhecido como o carrasco de Hitler, o propósito da reunião era decidir a «Solução Final para a Questão Judaica» na Europa.

De acordo com a única cópia da ata da reunião de que temos conhecimento, a ordem de trabalhos incluía a definição exata de quem seria eliminado, a discussão sobre como mais de onze milhões de pessoas deveriam ser deportadas e submetidas a duras formas de trabalho forçado e, por fim, o debate sobre como os sobreviventes seriam mortos.

Neste livro, Peter Longerich, um renomado historiador especialista no Holocausto, analisa e faz uma contextualização precisa da ata da reunião, realçando a obscenidade que caracterizou o esforço nazi na sua «Solução Final».

«Um relato minucioso que oferece uma perspectiva única dos objetivos sanguinários do regime nazi.»

The Wall Street Journal



Penguin
Random House
Grupo Editorial

História

penguinlivros.pt
 penguinlivros

ISBN 9789896238599



9 789896 238599 >